

Solvência II: Oportunidade e desafio para o setor segurador

Artigo do Presidente da ASF, Professor Doutor José Figueiredo Almaça, publicado na revista "Cadernos de Economia", na edição 113 de outubro /dezembro de 2015

Acabaram as dúvidas e a realidade é que o Regime de Solvência II vai mesmo entrar em vigor no próximo dia 1 de janeiro de 2016. Podemos considerar que é um grande desafio e ao mesmo tempo uma grande oportunidade para o setor segurador.

É de destacar que a Diretiva Solvência II efetua a consolidação de uma multiplicidade de Diretivas em vigor no setor segurador, sendo uma Diretiva extremamente complexa que pretende melhorar a regulação comunitária vigente no âmbito dos seguros.

Solvência II é um projeto complexo com sólidos fundamentos e que significa um ambicioso plano, pressupondo algo mais que a atualização do acervo normativo, pois promove decididamente um modelo de supervisão baseado na solvência global das entidades seguradoras. Neste modelo de supervisão combinam-se em simultâneo elementos de tipo quantitativo - as exigências relativas ao capital e à constituição das provisões técnicas - e de título qualitativo - a gestão dos riscos e os necessários sistemas de controlo interno, elementos estes complementados com o controlo que o próprio mercado pode levar a cabo através da informação que as entidades seguradoras, devem dar a conhecer aos analistas e interessados.

Acresce que implica harmonizar conceitos, práticas e processos, com o objetivo de possibilitar um verdadeiro desenvolvimento do mercado segurador supranacional na Europa, garantindo aos cidadãos igualdade de direitos e de proteção. Solvência II é uma estrutura baseada em três pilares, à semelhança do que acontece no setor bancário (Basileia III), que foi desenvolvida e completada para pôr em evidência as peculiaridades do setor segurador.

O primeiro pilar trata dos requisitos quantitativos. Neste âmbito, podemos identificar duas magnitudes fundamentais: o requisito de Capital de solvência (SCR) e o requisito de Capital mínimo (MCR). O SCR é a magnitude fundamental de referência para avaliar a solvência das entidades. O seu cálculo baseia-se na avaliação e valorização do perfil de risco específico da entidade, seja através de uma fórmula padrão ou através de um modelo interno autorizado para cada entidade, tendo em consideração todos os riscos quantificáveis que uma entidade seguradora enfrenta, assim como as técnicas de mitigação empregues. O MCR é um requisito inferior cuja insuficiência origina, como última intervenção supervisora, a retirada da autorização.

Os exercícios de impacto quantitativo que foram realizados indicam que, para a generalidade das empresas de seguros supervisionadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, haverá aumentos significativos de requisitos de capital. Daí resultarão implicações ao nível de uma melhor alocação do capital ao risco, bem como a necessidade de recapitalização para um número significativo de empresas.

O segundo pilar destina-se aos mais importantes requisitos qualitativos impostos às entidades: gestão de riscos e relação com o supervisor. Por outro lado, o terceiro pilar, desenvolve a comunicação da informação necessária para o supervisor e o mercado. Neste âmbito, destaca-se o aprofundamento da obrigação de divulgação de informação individualizada por operador, transmitindo assim informação ao mercado com o objetivo de favorecer a disciplina do mercado e de contribuir para a transparência e para a estabilidade financeira.

Provavelmente é no segundo e terceiro pilares que se situam os aspetos mais inovadores do regime de Solvência II. Ainda que as valorizações e modelizações que estão subjacentes nos cálculos da fórmula padrão, assim como a possibilidade de utilizar modelos internos para determinação dos requisitos de capital de solvência, sejam elementos novos a nível internacional, a verdadeira mudança de cultura irá verificar-se no reforço do sistema visando a garantia dos direitos dos tomadores de seguros, com rigorosas exigências em matéria de modelos de *governance*, que afetam o âmago da organização e gestão das seguradoras.



Estas são obrigadas a encarar de outra forma as políticas de gestão de riscos, a melhorarem a transparência perante o supervisor, os tomadores de seguros e o mercado, num quadro de colaboração entre supervisor e supervisionado mais dinâmico do que aquele atualmente em vigor.

A determinação na Diretiva do requisito de documentar a avaliação interna dos riscos e solvência (ORSA) é uma boa prova da nova abordagem que as entidades, analistas, consumidores, supervisores e, em geral, todos aqueles que têm de se relacionar com o setor segurador terão de adotar dentro de um mês.

Os requisitos qualitativos dos segundo e terceiro pilares de Solvência II afetam de forma objetiva a *governance* das empresas, tanto pelas novas exigências como pela mudança em matéria de transparência que lhes são impostas, bem como o processo de supervisão o qual deverá ajustar-se a este novo quadro.

Solvência II exige um sistema eficaz de *governance* que garanta uma gestão sã e prudente da atividade seguradora. Esta compreenderá, juntamente com uma adequada gestão de riscos, uma estrutura organizacional transparente e apropriada, uma clara distribuição e adequada separação de funções e, por último um eficaz sistema que garanta a transmissão da informação.

Os impactos de Solvência II são variados e afetarão a área de investimentos - que terá de trabalhar com novos parâmetros - a área de risco - que terá de se adaptar ao novo sistema e adotar um novo modelo, seja o modelo padrão ou o modelo interno (em Portugal, nesta primeira fase todos irão adotar o modelo padrão) - a área da gestão das pessoas - que deverá ser capaz de dinamizar novas competências e, em geral, todas as áreas das empresas de seguros e resseguros, implicando assim um “novo modelo de gestão”.

José Figueiredo Almaça

Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões